

## REVISITANDO OS ESTUDOS DE DIPLOMÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DIGITAIS

### REVISITING DIPLOMATIC STUDIES AND ITS CONTRIBUTIONS TO THE ARCHIVAL IDENTIFICATION OF DIGITAL DOCUMENTS

Wanderson Monteiro da Silva<sup>1</sup>  
Tassia Lourena Ferreira Albarado<sup>2</sup>

#### RESUMO

Contextualiza o método de identificação arquivística aplicado aos documentos digitais, por isso revisita os estudos da Diplomática no Canadá, por meio do projeto InterPARES e dos estudos do grupo de arquivistas de Madri (Espanha). Utilizamos a revisão de literatura de publicações das principais obras e autores que trabalham estas abordagens. Os estudos permitiram observar que ambas as metodologias, apresentam diferenças, mas também demonstram suas semelhanças, por utilizarem como aporte os conceitos e princípios da Diplomática e Arquivologia. Portanto, a metodologia aplicada pelo InterPARES identifica a confiabilidade, autenticidade e precisão dos documentos digitais e o método da identificação arquivística possibilita demonstrar o contexto de produção dos documentos, independente do estágio em que esteja e do suporte em que se encontrem.

**Palavras-chave:** identificação arquivística; diplomática; InterPARES; documentos digitais.

#### ABSTRACT

Contextualize the method of archival identification applied to digital records, so it revisits the studies of Diplomats in Canada, through the InterPARES project and later the studies of the group of archivists in Madrid (Spain). In this way, we used the literature review of publications of the main works and authors that work with these approaches. The studies made it possible to observe that both methodologies present their differences, as the justification of each one, but that they also demonstrate their similarities, as they use as input the concepts and principles of Diplomats and Archival Science. Therefore, the methodology applied by InterPARES is aimed at identifying the reliability, authenticity and accuracy of digital records, the method of archival identification makes it possible to demonstrate the context of production of documents, regardless of the stage they are in and the support they are in.

**Keywords:** Archival identification; diplomatics; InterPARES; digital records.

<sup>1</sup> Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). wandersonsilva093@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Amazonas. enf.lourena@gmail.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

A Diplomática tem contribuído, durante esses últimos anos, para identificar a autenticidade dos documentos digitais, por meio de um projeto que nasceu no Canadá. Uma disciplina muito antiga que se renovou nos anos 80 logo após as ideias da professora Luciana Duranti, algo que mobilizou, de certa forma, o mundo.

Por outro lado, a disciplina também ganhou força por meio do trabalho de um grupo de arquivistas, na Espanha, onde, diferentemente do contexto do Canadá, suas contribuições foram voltadas para a identificação do contexto de produção dos conjuntos de documentos acumulados, algo que se estendeu por países de tradição ibero-americana.

No entanto, ao observarmos suas metodologias percebemos que ambas se assemelham e, porque não dizer que de certa forma, se complementam. Apesar dos diferentes enfoques, onde uma busca a autenticidade e a outra o contexto de produção, não há como negar a semelhança no método que apenas se adaptou a realidades diferentes.

Por isso, procuraremos, utilizando a pesquisa bibliográfica, realizar uma revisão de literatura para contextualizar, tanto o método da Espanha quanto do Canadá, por meio de trabalhos consolidados no cenário arquivístico, tais como utilizando autores que abordam o uso da Diplomática para identificar a autenticidade dos documentos arquivísticos, como para identificar o contexto de produção de documentos.

O artigo se estrutura em seções, na primeira denominada “A diplomática diante do mundo digital” percorremos por alguns marcos importantes para identificação da confiabilidade, autenticidade e precisão do documento digital. Na segunda seção, intitulada “A diplomática no contexto da identificação arquivística” abordamos o método de identificação para o contexto de produção do órgão produtor. E na terceira seção, que trata da “Aplicação da análise diplomática aos documentos digitais” discorreremos sobre os elementos do método de identificação dos documentos digitais, segundo o InterPARES.

Agregando estes conhecimentos, no intuito de unir esforços na busca pela consolidação metodológica, do que se pretende demonstrar mediante a Diplomática em sua vertente contemporânea e aliada a Arquivologia, visando demonstrar a identificação arquivística para os documentos digitais.

Desta forma, revisitaremos a Diplomática diante do mundo digital, por meio do projeto InterPARES, posteriormente será demonstrado o método analítico da

identificação arquivística e, por fim, a metodologia de identificação de documentos desenvolvida pelo projeto InterPARES.

## 2 A DIPLOMÁTICA E AMBIENTE DIGITAL

Em meados do século XIX o mundo se viu diante de grandes mudanças tecnológicas, em especial nos arquivos, que por muito tempo vinham se debruçando sobre a organização e guarda de documentos em suportes tradicionais, a exemplo do papel, e começavam a explorar a possibilidade do tratamento de documentos eletrônicos, ou digitais.

A resistência da comunidade arquivística para aceitar as novas tecnologias, em especial para considerar o documento eletrônico como arquivístico, foi tamanha que bem como menciona Rondinelli (2005), a tentativa de abordar o tema nos congressos do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) eram normalmente alvo de difícil aceitação. Apesar disso, aos poucos foi se percebendo que não havia como ignorar a realidade de que as máquinas passariam a fazer parte do cotidiano do trabalho dos arquivistas e que os mesmos princípios e conceitos da Arquivologia agora também seriam direcionados para o documento eletrônico.

Na década de 1960, inicia-se um debate a respeito da renovação epistemológica de uma ciência muito antiga, a Diplomática. Esta havia nascido no século XVII, em virtude da desconfiança da autenticidade de diplomas, criada por um monge chamado Jean Mabillon em 1681, e ao longo dos anos vinha sendo usada como aporte para entender a estrutura da forma documental e de seus elementos intrínsecos e extrínsecos em documentos medievais (TOGNOLI, 2018).

Esse debate teve início com as inquietações do professor Robert Henri Bautier, conforme Tognoli (2018), onde propunha uma Diplomática além da natureza jurídica, sua fundamentação se justificava principalmente em função da observância da forma que a Arquivologia tratava seus documentos – como conjunto, e não isoladamente – pois estes possuíam relação orgânica entre si na composição do fundo. Rondinelli (2013, p. 112) reafirma que “para Bautier o objeto da diplomática são os documentos arquivísticos em geral, independentemente de apresentarem ou não uma conotação jurídica”, portanto esta relação entre a Diplomática e a Arquivologia era crucial para os documentos que estavam sendo produzidos.

Segundo Tognoli (2018, p. 38), Bauiter não poderia imaginar que a “perspectiva de uma disciplina mais contemporânea, voltada aos documentos de arquivo, [...] [encontraria] fulcro nas discussões que se seguiram sobre a produção, organização e preservação de documentos em um novo contexto tecnológico”. Desta maneira, o método diplomático aplicado aos documentos medievais passaria a ser aplicado aqueles criados pela administração contemporânea, nesta inclui-se os documentos digitais e os tradicionais, em papel.

Na Itália, a professora Paola Carucci lançava novas ideias acerca da disciplina, trazendo a abordagem da análise diplomática para os documentos contemporâneos da administração italiana, publicando em 1987 o livro *“Il Documento Contemporaneo. Diplomatica e Criteri di Edizione”*. Sua proposta calva-se no contexto de produção dos documentos e não mais se centrava apenas na autenticidade. Essa perspectiva revistaremos melhor, no capítulo a seguir, com estudos desenvolvidos na Espanha e Brasil.

Na América do Norte, a professora Luciana Duranti, de origem italiana, também lançava suas ideias sobre essa renovação da Diplomática, publicando entre 1989 a 1992, seis artigos na revista canadense *Archivaria* intitulados *“Diplomatics: new uses for an old Science”*. Seus estudos expandiam o que Carucci havia desenvolvido acerca dos documentos contemporâneos e incluía ainda os documentos digitais.

Duranti (1998) argumenta que quando do seu ingresso na *University of British Columbia*, percebeu que o Canadá não possuía documentos medievais, como na Europa, e observando o cenário de produção dos documentos digitais, bem como a falta de materiais para o ensino da Arquivologia, começou a adaptar o método diplomático para a sua realidade.

Posteriormente a esse marco, nasce a iniciativa para desenvolver uma pesquisa intitulada *“The Preservation of the Integrity of Eletronic Records”* em parceria com o departamento de defesa dos Estados Unidos e que tinha como objetivo principal “identificar e definir os requisitos para criar, manusear e preservar documentos arquivísticos eletrônicos confiáveis e autênticos” (UBC PROJECT, s/d, tradução nossa), entre 1994 a 1997. A pesquisa que ficou conhecida como Projeto UBC visava ainda,

- 1) Estabelecer o que é um documento arquivístico em princípio e como ele pode ser reconhecido em um ambiente eletrônico;

- 2) Determinar que tipo de sistema eletrônico gera os documentos arquivísticos;
- 3) Formular critérios que permitam a adequada segregação de documentos arquivísticos de todos os outros tipos de informação em sistemas eletrônicos gerando e/ou armazenando uma variedade de agregações de dados;
- 4) Definir os requisitos conceituais para garantir a confiabilidade e autenticidade dos documentos arquivísticos em sistemas eletrônicos;
- 5) Articular os métodos administrativos processuais e técnicos para a implementação desses requisitos e;
- 6) Avaliar esses métodos contra diferentes questões administrativas, jurídicas, culturais e pontos de vistas disciplinares (DURANTI; MACNEIL, 1996, p. 47, tradução nossa).

Toda a metodologia foi pautada pelos conceitos e princípios da Diplomática e da Arquivologia, possibilitando como alguns dos resultados a proposta de oito modelos que identificavam os elementos necessários para a composição de um documento arquivístico em ambiente digital, bem como um comparativo dos elementos de autenticidade entre um documento tradicional e um documento digital. Outra grande contribuição que o projeto possibilitou, foi a implementação dos seus resultados na norma que padronizava os requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, a *Design Criteria Standards for Electronics Records Management Software Applications* (DoD 5015) publicada pelo departamento de defesa dos Estados Unidos.

Ademais o Projeto UBC, como bem argumentou Rocha (2009, p. 83), serviria como uma “espécie de embrião” para o projeto que o sucederia em 1999, o *International Research on Permanent Authentic Records on Electronic Systems* – conhecido como InterPARES, este projeto contou com a participação de vários países.

A primeira etapa do projeto finalizou-se em 2001 e “procurou estabelecer os meios para avaliar e manter a autenticidade dos documentos arquivísticos eletrônicos, uma vez que estes se tornavam inativos e deveriam ser selecionados para a preservação permanente” (INTERPARES, s/d, tradução nossa). Diferente do projeto anterior que obteve como resultado os requisitos para a manutenção da confiabilidade e autenticidade de documentos arquivísticos da fase corrente e intermediária em sistemas, o InterPARES 1 se direcionava para os documentos arquivísticos permanentes em ambiente digital.

Na segunda etapa do projeto (2002-2007) os objetivos eram

[...] desenvolver e articular os conceitos, princípios, critérios e métodos que pudessem assegurar a criação e manutenção de documentos arquivísticos precisos e confiáveis e a preservação a longo prazo de

documentos arquivísticos autênticos no contexto das atividades artísticas, científicas e governamentais que são conduzidas usando a tecnologia computacional, experimental, interativa e dinâmica (INTERPARES, s/d, tradução nossa).

Esta parte do projeto explorou os documentos entendidos como complexos em ambientes digitais, por isso seu direcionamento para os documentos experimentais, interativos e dinâmicos.

O InterPARES 3 (2007-2012), tratou da implementação da teoria de preservação dos

[...] documentos arquivísticos autênticos em sistemas digitais. Seu objetivo era permitir que programas e instituições arquivísticas, públicas ou privadas, de médio e pequeno porte responsáveis por documentos arquivísticos digitais oriundos do governo, negócios, pesquisa, artes e entretenimento, atividades comunitárias e/ou sociais, [...] [preservassem] a longo prazo, documentos arquivísticos autênticos (INTERPARES, s/d, tradução nossa).

Nessa fase é observado, além da participação do Brasil, a aplicação da metodologia do InterPARES em estudos de casos testando dessa forma os resultados obtidos ao longo dos anos de pesquisa e comprovando, ainda, a importância do método diplomático utilizado para inferir a autenticidade dos documentos digitais.

A quarta fase do InterPARES, iniciou-se em 2012 e com previsão de finalização para 2019. O projeto “explora questões de confiança e confiabilidade de documentos arquivísticos e dados em ambientes online. Seu objetivo é gerar arcabouço teórico e metodológico para desenvolver políticas, procedimentos, regulamentações, padrões e legislação local a fim de garantir a confiança” (INTERPARES, s.d, tradução nossa). E para isso, a autenticidade de documentos digitais em ambientes em nuvem tem sido estudada, tendo em vista a implementação de tecnologias como o *blockchain*.

Todos esses desdobramentos do projeto InterPARES, iniciaram-se a partir do uso da Diplomática e da Arquivologia aos documentos digitais e numa abordagem que se direcionava para a confiança e a autenticidade destes, estes conceitos serão definidos mais adiante, provando ser um sucesso na comunidade arquivística.

Nesse contexto várias foram as nomenclaturas recebidas pela Diplomática, tais como Diplomática Arquivística, Diplomática Arquivística Contemporânea, Diplomática Especial e/ou Diplomática Digital, no intuito de dar um ás de moderno aos novos rumos da disciplina e da utilização de seu método aliado a Arquivologia. Para entender melhor a

contribuição da Diplomática, por exemplo, Tognoli (2013) a dividiu em Diplomática Clássica, Diplomática Moderna e Diplomática Contemporânea no intuito de demonstrar seus atores e marcos teóricos-conceituais, bem como contextualizar suas nuances ao longo tempo que partiram dos estudos dos diplomas e chegou até aos documentos digitais.

No que se refere a terminologia mais adequada daquelas mencionadas anteriormente para destacar o aspecto contemporâneo da Diplomática, Duranti em mensagem eletrônica a Rondinelli, esclareceu que não estava mais

[...] feliz com esse termo porque toda disciplina usa as ideias originárias de outras disciplinas para crescer, mas essas ideias são trazidas para alimentar conceitos e objetivos próprios. Na verdade, estou voltando para o termo diplomática. **A disciplina deve ser chamada simplesmente de diplomática** (DURANTI *apud* RONDINELLI, 2013, p. 141, grifo da autora).

Esclarecendo ainda que no máximo precisamos distinguir as abordagens, conforme Tognoli faz, e “dentro dessa última [a contemporânea] identificar (como diplomática especial) a diplomática digital” (DURANTI *apud* RONDINELLI, 2013, p. 41).

Observado o papel da Diplomática, centrada nos documentos contemporâneos, é inevitável não identificar os impactos que a disciplina trouxe para os desafios que persistem na atualidade, prova disso por exemplo, é demonstrado nas normas que gerenciam os sistemas de gestão arquivística de documentos, tal como foi nos Estados Unidos, e como é visto nos requisitos do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil).

Desta forma, buscaremos contextualizar, a seguir, uma outra face da Diplomática, centrada em outra realidade, diferente da aplicação de seu método voltado para a autenticidade, como ocorreu na América do Norte.

### 3 A DIPLOMÁTICA NO CONTEXTO DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Uma outra vertente da Diplomática em sua perspectiva contemporânea, se refere a identificação do contexto na criação dos documentos e/ou na acumulação destes documentos. Trata-se do trabalho, pelo que ficou conhecido, dos arquivistas de Madrid.



Os arquivistas cunharam o termo identificação que ficou entendido como “O processo de investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo, tendo como um de seus principais objetivos assegurar, por meio de seus resultados, a avaliação da série documental” (CONDE VILLAVARDE, 1992, p.19, tradução nossa). Para Mendo Carmona (2004) tal abordagem fundamenta-se no método analítico da identificação arquivística, ou seja, um método com ênfase na crítica documental.

Na perspectiva de Mendo Carmona (2004) estes estudos partem da metodologia arquivística, onde utiliza dois princípios basilares para a Arquivologia, o princípio da proveniência e o ciclo de vida dos documentos.

Para Heredia Herera (1999, p. 22, tradução nossa)

A identificação [...] está vinculada ao princípio da proveniência na medida que se propõe investigar a origem da documentação, partindo de seu duplo vínculo, a proveniência institucional e o sujeito ou unidade produtora, através das funções do órgão, dentro da instituição.

Ou melhor, o princípio da proveniência determina a estrutura geral do fundo e a sua ordem interna. O que pode contribuir para o plano de classificação do fundo, bem como a descrição deste a partir da identificação das séries e tipologias documentais (HEREDIA HERERA, 1999).

O ciclo de vida, conforme exposto pelos americanos, baseia-se em três idades ou fases (corrente, intermediário e permanente). Seus respectivos valores, conforme Schellenberg (2006), primário e secundário, contribuiriam para a avaliação onde o primeiro estaria relacionado aos arquivos das duas primeiras idades e o segundo valor ao arquivo da idade permanente. Para Heredia Herera (1999) essas ideias não contribuem plenamente para determinar o futuro dos documentos, afirmando que a identificação é a melhor forma de determinar os valores para tal.

Essa metodologia de identificação, ficou conhecida no Brasil como análise de tipologia documental, e entendida como um desdobramento da análise diplomática.

Conforme Rodrigues (2008, p. 139) para Bellotto, há uma “distinção ente o objeto da diplomática clássica e da nova diplomática, a tipologia documental, e seu método de análise, que são complementares para a identificação dos documentos arquivísticos”. Tendo em vista que a Diplomática entendida como clássica, tinha um direcionamento para



o documento enquanto unidade isolada, mais centrada na espécie, e agora aliada a Arquivologia entedia o documento arquivístico no seu contexto de produção, para contextualizar a atividade dessa espécie a fim de denominar o que se entedia enquanto tipo documental.

Essa metodologia, ou função como quer Rodrigues, centra-se principalmente nas seguintes contribuições para o campo:

A identificação é um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista. Uma metodologia de pesquisa que se desenvolve, nos parâmetros do rigor científico, como tarefa preliminar e necessária às funções da classificação, avaliação, descrição e planejamento da produção documental (RODRIGUES, 2011, p. 118-119).

Em termos da gestão de documentos, esta abordagem se caracterizava de certa forma como um método próprio dos países ibero-americanos para identificar o contexto de produção e os fundos acumulados, um problema compartilhado por muitos países. Isso era um assunto também recorrente nos Estados Unidos, conforme é visto por Schellenberg (2006), no entanto centrado nas ideias de valores primário e secundário, tendo ainda como entendimento que sua produção de planos de classificação (temático) se diferenciava do que a metodologia ibero-americana produzia (funcional).

Sobre o objeto da identificação, Rodrigues (2012) argumenta que este seria o órgão produtor e os seus documentos, pois o estudo analítico direciona-se para o vínculo que este possui com o órgão. Assim, a metodologia de identificação parte do princípio da proveniência e da ordem original devendo ser desenvolvidas as seguintes atividades:

[...] primeiro identifica-se o “organismo produtor (evolução orgânica e competências administrativas), depois o elemento funcional (competências, funções e atividades), logo o tipo documental (procedimento administrativo e tramitação) e, por último, a delimitação da série documental” (RODRIGUES, 2012, p. 7).

Esta pesquisa por informações direciona-se para o órgão produtor, com foco no contexto, e para os documentos, com abordagem nas tipologias. Rodrigues (2012, p. 8) ainda faz um paralelo entre o orgânico e o funcional afirmando que “A identificação do elemento orgânico significa reconhecer o órgão produtor dos documentos” e que “O

elemento funcional está representado pelas funções e atividades administrativas desempenhadas pelo órgão” e que estas devem estar refletidas nas séries.

Por outro lado, tal metodologia se diferencia da estrutura de análise dos documentos tradicionais aplicados pela Diplomática, anterior a vertente contemporânea. Observemos este comparativo por meio de um dos mais difundidos manuais de arquivos, no âmbito brasileiro.

Bellotto (2006) aponta que na análise diplomática, o objeto está centrado na espécie. Essa espécie “seria a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 34). Exemplos disso são: atas, memorandos, requerimentos, entre outros.

A análise diplomática, portanto, divide-se em três grandes partes, e seus respectivos elementos, dessa maneira assim temos: 1) protocolo inicial com invocação, titulação, direção e saudação; 2) o texto que se constitui de preâmbulo, notificação, exposição, dispositivo, sanção e corroboração; e 3) o protocolo final, ou escatocolo, que contém subscrição data e precação (BELLOTTO, 2006). Ou seja, essas são as marcas que caracterizam e identificam a espécie enquanto objeto da Diplomática.

Na análise tipológica, para Bellotto (2006) é identificado o tipo documental enquanto a ampliação da Diplomática. Assim o tipo documental é entendido como a “Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 74). Portanto, teríamos “ata” enquanto espécie e “ata de reunião do curso de Arquivologia”, por exemplo, como atividade dessa espécie.

Para isso considera-se os seguintes itens, conforme o trabalho dos arquivistas de Madrid: 1) tipo documental, 2) código da série, 3) entidade produtora, 4) atividade que gera o tipo, 5) destinatário, 6) legislação, 7) tramitação, 8) documentos complementares, 9) ordenação, 10) conteúdo, 11) vigência e 12) prazos de destinação. Nesta análise a espécie está caracterizada em um conjunto orgânico (BELLOTTO, 2006). E desta forma teremos assim o que a autora chamada de lógica orgânica para identificar a série documental.

Ressalta-se ainda que essa fase de identificação do tipo documental, deve ser posterior a identificação do órgão produtor, pois

A identificação do tipo documental é o segundo momento da pesquisa, processo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos internos e externos do documento, que se referem a sua estrutura física

(gênero, suporte, formato e forma) e ao seu conteúdo (natureza da ação que lhe dá origem), para denominar o tipo e definir a série documental. A série constitui o objeto de estudo da arquivística e sobre ela versa toda proposta de tratamento técnico (RODRIGUES, 2012, p. 9-10).

Essa metodologia se torna muito pertinente no momento de implantação de qualquer política de gestão arquivística de documentos. Por ser principalmente, crucial para qualquer administração que preze pela eficiência e eficácia de suas atividades tendo em vista que esta contribuirá para o controle dos documentos, por meio de seus instrumentos, mesmo ainda para identificar os documentos digitais produzidos nos diversos sistemas.

#### 4 APLICAÇÃO DA ANÁLISE DIPLOMÁTICA AOS DOCUMENTOS DIGITAIS

Conforme o que foi apresentado, a Diplomática com abordagem para os documentos digitais ganhou força no projeto InterPARES, sua aproximação com a Arquivologia resgatou antigos conceitos que antes se debruçavam sobre a análise da forma documental e dos elementos intrínsecos e extrínsecos para averiguar a autenticidade de documentos medievais e que antes do surgimento das ideias de Bautier vinha sofrendo uma “crise”, como afirma Tognoli (2013).

Nesta parte nos atentaremos a discorrer sobre os elementos necessários para a análise diplomática dos documentos digitais. Buscaremos desta forma, fundamentos para identificar o método utilizado pelo InterPARES e o “Guia para editar textos CHARTA”, que contém uma proposta de metadados, de acordo com a Diplomática, direcionado a fontes históricas digitalizadas.

Para Duranti (2009, p. 44, tradução nossa) um documento arquivístico digital é definido pela Diplomática Digital “como um componente digital, ou um grupo de componentes, que é salvo, tratado, e gerenciado como um documento arquivístico”. No entanto, além dessa fusão do conceito de documento arquivístico ao de documento digital para que este último possa ser considerado, de fato, arquivístico três importantes conceitos foram apresentado por meio dos estudos do InterPARES, ao longo dos anos, para justificar tais estudos conforme discorreremos no início, os quais são: confiabilidade, acuraria e autenticidade. Faz-se necessário apresentar a definição destes.

A confiabilidade (*Reliability*), também entendida por fidedignidade, é

[...] a credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere, e é estabelecido pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção (CTDE, 2016, p. 15).

Ou seja, está relacionado com a criação do documento e todos os elementos impostos pelo sistema administrativo-jurídico e com o grau de controle exercido durante a produção (RONDINELLI, 2005; DURANTI, 2009).

A definição de autenticidade está associada a “credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção” (CTDE, 2016, p. 10). Esta se configura ao momento de transmissão no espaço-tempo e de demonstrar que não foi adulterado ou corrompido (RONDINELLI, 2005; DURANTI, 2009).

A acurácia (*accuracy*), ou precisão, é o “grau ao qual dados, informações, documentos e documentos arquivísticos são precisos, corretos, verdadeiros, livres de erros ou distorções, ou pertinentes ao assunto” (GLOSSARY INTERPARES 3, s/d). Um conceito que estava implícito nas definições de confiabilidade e autenticidade, trata do grau de precisão e completude do documento (DURANTI, 2009).

No que se refere ao exame do objeto digital, os seguintes elementos, segundo Duranti, são estabelecidos:

1) um contexto identificável; 2) um originador, um autor, um redator, um destinatário e um produtor; 3) uma ação, em que o documento participa ou que dá suporte processualmente ou como parte do processo de decisão; 4) ligações explícitas a outros registros [relação orgânica] dentro ou fora do ambiente digital, através de um código de classificação ou outro identificador exclusivo; 5) uma forma fixa; e 6) conteúdo estável (DURANTI, 2009, p. 45, tradução nossa).

De acordo com Rondinelli (2013, p. 236) essas “características apresentadas se aplicam, pois, a documentos arquivísticos digitais e não digitais, segundo pressuposto pela diplomática e pela arquivologia”. Além dessas, outra parte também deve ser levada em consideração, agora exclusivamente por meio da Diplomática, a forma documental, ou seja, seus elementos intrínsecos e extrínsecos.

Os elementos intrínsecos os quais a autora se refere são: “as cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor), ou no mínimo as três primeiras, data

cronológica, data tópica, indicação e descrição da ação ou assunto e atestação” (RONDINELLI, 2013, p. 237). Para os elementos extrínsecos, são levados em consideração as

características de apresentação geral (texto, imagem, som, gráfico); características de apresentação específica (layout, hiperlink, cor, resolução de arquivo de imagem, escala de mapa, sinal de indicação de anexo); assinatura eletrônica, como por exemplo, assinatura digital; sinais especiais como, por exemplo, marca d’água e logomarcas (RONDINELLI, 2013, p. 238).

Estas características, também entendidas como internas e externas, são perfeitamente vistas no documento arquivístico digital. Existem outros elementos que os estudos no projeto foram identificando e exemplificando, por ora no atentemos apenas a estes no intuito de entendermos a método apresentada a seguir.

No InterPARES 3, a metodologia da Diplomática aplicada aos documentos digitais por meio de estudos de caso, na página do projeto, o TEAM Brazil realizou dez estudos, os quais demonstram perfeitamente o uso do método. Os estudos foram aplicados nos seguintes campos: 1) Procedimentos para a gestão e preservação da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) no Sistema de Informação Hospitalar (SIH), 2) Registros fotográficos digitais, 3) Registros audiovisuais digitais: programas de TV, 4) Teses e dissertações digitais, 5) Boletim de nota e frequência dos alunos de graduação, 6) Projetos de arquitetura e engenharia, 7) Demonstrativo de pagamento de pessoal, 8) Dossiê digital das proposições legislativas, 9) Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações, e 10) Portal de Gestão da Prefeitura de Porto Alegre. Observando o modelo utilizado na análise diplomática, abordaremos os seus itens que se dividem em três partições.

A primeira denominada “introdução” estrutura-se em três parágrafos, no primeiro deve ser descrito sobre o estudo que se pretende realizar, no segundo parágrafo realiza-se a descrição do ambiente tecnológico da então entidade digital escolhida, se um banco de dados ou sistema, no terceiro é feita a identificação e descrição da entidade digital.

Na segunda parte, é feita a “identificação do documento” propriamente dita. Para isso é realizada uma motivação por meio do conceito de documento arquivístico no intuito de analisar a entidade digital. Com isso, esta deve demonstrar possuir conteúdo estável e forma fixa, envolvimento em uma ação, vínculo arquivístico (relação orgânica), as cinco

pessoas e cinco contextos. Esta parte por ser tratar da análise diplomática, subdivide-se em cinco, estruturado da seguinte forma:

- Primeira subdivisão: para analisar a entidade deve-se justificar se 1) o conteúdo é estável ou não, 2) se a forma documental é fixa ou não e 3) se está fixada em uma mídia estável ou não.
- Segunda subdivisão: é necessário indicar o nome da ação que motivou a criação e ilustrar como a entidade digital participa da ação.
- Terceira subdivisão: pede que se indique quais as relações que a entidade digital possui com outros documentos, bem como justificar se esta possui ou não.
- Quarta subdivisão: trata das pessoas relacionadas com a criação do documento arquivístico, ou seja, se o autor, redator, destinatário, produtor e originador são pessoas física ou jurídica, bem com indicar quem é quem e justificar.
- Quinta subdivisão: deve-se apontar cada contexto que justifica a criação do documento, qual 1) o contexto jurídico e administrativo (sistema legal e organizacional), 2) o contexto de proveniência (a entidade produtora, seu mandato, estrutura e funções), 3) contexto de procedimentos (atividades no curso das quais o documento é produzido), 4) contexto documental (fundo que o documento pertence) e 5) contexto tecnológico (definir as características do componente tecnológico).

E por fim, a terceira parte traz as “conclusões” sobre o exame da entidade digital, esta pode ser inferida em dois parágrafos onde deve ser demonstrado se 1) caso entidade digital não seja um documento arquivístico e 2) caso a entidade seja um documento arquivístico. Assim é pontuado se a entidade estudada é um documento arquivístico em potencial, se necessita de preservação em forma armazena ou manifestada e se há características a serem protegidas no plano de preservação digital.

Esta explicação se faz necessária para compreender a metodologia abordada pelo InterPARES, estes itens formam estudados ao longo dos anos e se refletem nas diversas publicações do projeto, no Brasil, Rondinelli (2013) tem fundamento todos os conceitos do InterPARES e os direcionado para identificar o documento arquivístico digital confiável, preciso e autêntico.

A outra linha da diplomática, que direciona os seus estudos para as fontes históricas digitalizadas, é pouquíssima conhecida e não possui muitas iniciativas. No entanto um projeto desenvolvido na Espanha, desde 2009, intitulado CHARTA vem trabalhando a edição de cartas por meio de metadados, através da linguagem de marcação TEI (*Text Encoding Initiative*). A iniciativa não trabalha ainda com os elementos da diplomática, mas ao fim do guia criado pelo grupo de trabalho é indicado uma proposta a ser desenvolvida futuramente, conforme quadro abaixo.

**Quadro 1:** Proposta de Metadados segundo a Diplomática

Estructura	Etiqueta TEI	Propuesta de etiqueta CHARTA-TEI
<i>Invocatio</i>	<seg type="invocatio"></seg>	<ch:invocatio></ch:invocatio>
<i>Intitulatio</i>	<seg type="intitulatio"></seg>	<ch:intitulatio></ch:intitulatio>
<i>Directio</i>	<precision match="@notAfter" precision="high"/>	<ch:directio></ch:directio>
<i>Salutatio</i>	<seg type="salutatio"></seg>	<ch:salutatio></ch:salutatio>
<i>Preambulum</i>	<seg type="preambulum"></seg>	<ch:preambulum></ch:preambulum>
<i>Notificatio</i>	<seg type="notificatio"></seg>	<ch:notificatio></ch:notificatio>
<i>Expositio</i>	<seg type="expositio"></seg>	<ch:expositio></ch:expositio>
<i>Dispositio</i>	<seg type="dispositio"></seg>	<ch:dispositio></ch:dispositio>
<i>Sanctio</i>	<seg type="sanctio"></seg>	<ch:sanctio></ch:sanctio>
<i>Corroboratio</i>	<seg type="corroboratio"></seg>	<ch:corroboratio></ch:corroboratio>
<i>Data</i>	<dateline> <name type="place">lugar</name> <date>1914-1921</date> </dateline>	<ch:data>Fecha y lugar</ch:data>
<i>Suscriptio</i>	<seg type="suscriptio"></seg>	<ch:suscriptio></ch:suscriptio>

**Fonte:** Isasi Martínez *et al* (2014)

Esta representação de metadados não abarca os mesmos elementos da análise diplomática do InterPARES, mas está perfeitamente de acordo com as características da Diplomática com ênfase no que discorremos anteriormente através de Bellotto (2006), ou seja, a perspectiva do método centrado no documento isolado de seu contexto orgânico. Esta vertente carece de mais estudos, nesse momento julgamos apenas interessante demonstrar outra possibilidade de direcionar os estudos de identificação aos documentos, nesse caso aqueles entendidos como representante (digital) de documentos originalmente produzidos em papel.

Para finalizarmos, a metodologia desenvolvida aqui, bem como os objetivos que ela proporciona, podem conduzir a crítica da produção de documentos arquivísticos em



ambiente digital e ainda a sua manutenção ou permanência de acordo com os prazos de vigência, no intuito de atestar a confiança que estes devem transmitir.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diplomática vem contribuindo, em parceria com o método arquivístico, ao longo destes últimos anos, para a identificação de documentos arquivísticos, tanto no contexto de produção e acumulação quanto para inferir a autenticidade destes.

Rodrigues (2012) demonstrou que a metodologia de identificação arquivística pode ser aplicada tanto para os documentos em papel quanto para os documentos digitais. Mas que para isso a identificação deve alcançar primeiramente o produtor e suas ações, para que posteriormente seja extraído os elementos intrínsecos e extrínsecos dos documentos, a fim de estipular tipos documentais devidamente em suas respectivas séries.

Isso também nos leva a pensar na metodologia aplicada no âmbito do InterPARES e na vasta produção de Duranti sobre o assunto. Percebe-se que são metodologias muito próximas, por derivarem dos estudos diplomáticos, no entanto com enfoque diferente. Mas que podem se complementar.

Com a metodologia de identificação dos espanhóis é possível estudar os prazos de guarda dos documentos, criar planos de classificação e tabelas de temporalidade e orientar a descrição – tendo como partida os subsídios das normas de descrição – independentemente de seu suporte. Porém, com a metodologia canadense, o documento arquivístico é visto a partir de elementos que o conferem confiabilidade, autenticidade e precisão no ambiente tecnológico em que é mantido.

Por isso, acredita-se que as duas metodologias são fortemente eficientes para conferir um arcabouço teórico-metodológico de identificação arquivística de documentos digitais, esteja essa função de identificar direcionada para qualquer vertente oferecida pela tradição a qual advém os seus estudos.

Normalmente, elas têm andado em diferentes rumos, mas o documento arquivístico tem dependido cada vez mais de ambas, na Espanha, berço da identificação arquivística, há por exemplo, trabalhos para a estrutura de metadados em seus sistemas informatizados de gestão arquivística.

No Brasil a norma e-ARQ Brasil, reserva um capítulo, anterior aos requisitos do sistema, para alertar que é necessário a existência de uma política de gestão arquivística, antes da implantação de qualquer sistema, ou seja, requer a existência de plano de classificação e tabela de temporalidade, por exemplo, e que para isso ocorra a identificação dos conjuntos documentais se torna necessário, nada melhor e mais sensato do que direcionar o método da identificação arquivística.

Desta maneira, as contribuições da Diplomática e do método arquivístico para a organização dos documentos e arquivos, apesar de suas diferentes abordagens, tem nos permitido refletir conceitos e práticas importantes. Para que documentos arquivísticos digitais confiáveis, autênticos e precisos transmitam confiabilidade em um ambiente tecnológico por meio de elementos arquivísticos e diplomáticos, também é necessário que estejam corretamente identificados, pois estes também deverão passar pelo processo de seleção e avaliação, algo que só é possível com a elaboração de instrumentos construídos com qualidade e com metodologia adequada.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). **Glossário de Documentos Digitais**, 7ª versão. Disponível em: [http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario\\_V7\\_public.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario_V7_public.pdf). Acesso em: 14 jul. 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo (Brasil): Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CONDE VILLAVERDE, María Luisa. La identificación y valoración de los fondos documentales de la Administración Estatal: problemas y metodología. Iberoamérica: idéntico tratamiento para una misma realidad. Primeras Jornadas sobre metodología para la identificación y valoración de fondos documentales de las Administraciones Públicas, 1991. In: **Actas...** Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1992.

DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather. The Protection of the Integrity of Electronic Records: An Overview of the UBC-MAS Research Project. **Archivaria**, v. 42, p. 46-67, 1996.

DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather. **Diplomatics: new uses for an old science**. Scarecrow Press, 1998.

DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather. From Digital Diplomatics to Digital Records Forensics. **Archivaria**, v. 68, p. 39-66, 2009.

HEREDIA HERRERA, Antonia. La identificación y la valoración documentales en la gestión administrativa de las instituciones públicas. **Boletín de la ANABAD**, v. 49, n. 1, p. 19-50, 1999.

INTERPARES. **International Research on Permanent Authentic Records on Electronic Systems (1<sup>st</sup> phase)**. Disponível em: [http://www.interpares.org/ip1/ip1\\_index.cfm](http://www.interpares.org/ip1/ip1_index.cfm). Acesso em: 09 jul. 2019.

INTERPARES. **International Research on Permanent Authentic Records on Electronic Systems (2<sup>nd</sup> phase)**. Disponível em: [http://www.interpares.org/ip2/ip2\\_index.cfm](http://www.interpares.org/ip2/ip2_index.cfm). Acesso em: 09 jul. 2019.

INTERPARES. **International Research on Permanent Authentic Records on Electronic Systems (3<sup>rd</sup> phase)**. Disponível em: [http://www.interpares.org/ip3/ip3\\_index.cfm](http://www.interpares.org/ip3/ip3_index.cfm). Acesso em: 09 jul. 2019.

INTERPARES TRUST (ITrust). **International Research on Permanent Authentic Records on Electronic Systems (4<sup>th</sup> phase)**. Disponível em: <https://interparestrust.org/>. Acesso em: 09 jul. 2019.

ISASI MARTÍNEZ, Carmen et al. **Guía para editar textos CHARTA según el estándar TEI: una proposta**. (2014), Disponível em: <http://files.redcharta1.webnode.es/200000027-7b22d7c1cc/Gu%C3%ADa%20CHARTA-TEI.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método en archivística. **Documenta & Instrumenta**. Universidad Complutense de Madrid, v. 1, 2004.

ROCHA, Claudia Lacombe. Projeto InterPARES: entrevista com Luciana Duranti. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 82-91, abr. 2009.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem da diplomática arquivística contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisitação conceitual necessária**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento de identificação de tipologia documental em arquivos**. Tese (Doutorado em História

Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma nova função arquivística?. **Revista EDICIC**, v.1, n.4, p.109-129, Oct./Dic. 2011.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília, São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídios aos estudos arquivísticos. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2013.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. Diplomática: dos diplomas aos documentos digitais. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano 2, n. 6, p. 34-36, abr. 2018.

UBC PROJECT. **The preservation of the integrity of electronic records**. Disponível em: <http://www.interpares.org/UBCProject/index.htm>. Acesso em: 09 jul. 2019.